

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA: 01/2018

Data: 05/02/2018
Valor Global: R\$ 2.480,00 (Dois mil, quatrocentos e oitenta reais).
Objeto: **01 (uma) placa em aço inox, a ser instalada na entrada lateral do edifício-sede do MPC/PA e 01 (uma) placa de homenagem.**
Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
Data de Ratificação: 05/02/2018
Orçamento:
Unidade Orçamentária: 37101
Programa de Trabalho: 01.122.1442.8515.0000
Natureza da Despesa: 33.90.30.00
Fonte do Recurso: 0101000000
Origem do Recurso: Estadual
Contratado:
Nome: **M.M. ALVARENGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**
CNPJ 01.219.642/0001-49
Endereço: Avenida Conselheiro Furtado, nº 638, bairro Batista Campos, Belém /PA,
CEP: 66.025-160,
Fone: (91) 32420664.
Ordenador: FELIPE ROSA CRUZ

Protocolo: 284193

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Nº. do Contrato: 014/2018-MP/PA
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n.º 048/2017-MP/PA.
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa **ETAPA - SERVICOS GERAIS LTDA - EPP**, (CNPJ nº. 03.211.977/0001-46)
Objeto: Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos nos imóveis do Ministério Público do Estado do Pará, no município de Santarém (Teatro Vitória - Santarém).
Data da Assinatura: 26/02/2018
Vigência: 01/03/2018 a 28/02/2020
Valor Global (24 meses): R\$ 139.498,56 (cento e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332 – Operacionalização das Ações Administrativas
Elemento de Despesa: 3390-37 – Locação de mão de obra.
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários
Ordenador responsável: Dr. Gilberto Valente Martins
Protocolo: 283637
Nº. DO CONTRATO: 013/2018-MP/PA
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico n.º 048/2017-MP/PA.
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa **ETAPA - SERVICOS GERAIS LTDA - EPP**, (CNPJ nº. 03.211.977/0001-46)
Objeto: Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos nos imóveis do Ministério Público do Estado do Pará, no município de Santarém (PJ Santarém).
Data da Assinatura: 26/02/2018
Vigência: 01/03/2018 a 28/02/2020
Valor Global (24 meses): R\$ 468.716,64 (quatrocentos e sessenta e oito mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332 – Operacionalização das Ações Administrativas
Elemento de Despesa: 3390-37 – Locação de mão de obra.
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários
Ordenador responsável: Dr. Gilberto Valente Martins
Protocolo: 283636

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE PORTARIA Nº 019/2017-7ºPJ/ATM
A 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL E DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO MEIO AMBIENTE, DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA HABITAÇÃO E DO URBANISMO DE ALTAMIRA, com fundamento no art. 54, VI e §3º, da Lei Complementar nº 057/2006 e no Art. 4º, Inc. VI, da Resolução nº 023 – CNMP, de 17/09/2007, e na Resolução Nº 010/2011-CPJ, de 30/06/2011, torna pública a instauração do **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 018/2017-7ºPJ/ATM, SIMP 357-808/2015**, que se encontra à disposição na Rua Coronel José Porfírio, Nº 2560, Bairro Esplanada do Xingu, em Altamira/PA.
PORTARIA Nº 019/2017-MPE/7ºPJ/ATM
Investigado: Prefeitura Municipal de Altamira, Departamento Municipal de Trânsito de Altamira, Mototaxistas de Altamira.
Assunto: apurar ocorrência de cobranças abusivas praticadas pelos prestadores de serviço de moto taxi no município de Altamira/PA, sem prejuízo de outras irregularidades que se descortinarem no decorrer da investigação.
Altamira/PA, 07 de novembro de 2017.

Antônio Manoel Cardoso Dias – Promotor de Justiça
Protocolo: 284426
RESUMO DA PORTARIA Nº 004/2018-MP/1ªPJ/MA/PC/HU-BEL

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, Dr. BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ, torna pública a **instauração** do Procedimento Preparatório nº 000050-113/2017-MP/1ªPJ/MA/PC/HU-BEL, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Procedimento Preparatório nº 000017-113/2017-MP/1ªPJ/MA/PC/HU-BEL
Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e art. 8º, §1º e §2º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.
Investigado: Condomínio Alfredo de Melo e Silva.
Objeto de Investigação: Apurar suposto crime de poluição ambiental, em razão da utilização ilícita de óleo "Askarel", em transformado elétrico no Condomínio Alfredo de melo e Silva, localizado na Tv. 14 de março, 1743 – Marco, nesta capital.
Belém, 21 de fevereiro de 2017.
BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ
1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.
Protocolo: 284430

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 000288-151-2015-MP/6ªPJ/DPP/MA
O PROMOTOR DE JUSTIÇA NO EXERCÍCIO DO 6º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. JOSÉ GODOFREDO PIRES DOS SANTOS, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 000288-151-2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração: nº 02/2018
Data da Instauração: 05/02/2018
Objeto: Apurar possíveis irregularidades perpetrada pela Direção da Agência Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARÁ.
Polo Ativo: Sindicato dos Trabalhadores do Setor Público Agropecuário e Fundiário do Estado do Pará (STAFPA) e Sindicato dos Fiscais Agropecuários do Estado do Pará (SINFEA).
Polo Passivo: Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARÁ
Promotor de Justiça: José Godofredo Pires dos Santos
Protocolo: 284716

EXTRATO DE PORTARIA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018/MP/4ªPJA
A 4ª Promotoria de Justiça de Abaetetuba torna pública a portaria supracitada, encaminhada aos seguintes órgãos: Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do MPPA e CAO Constitucional, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça Cível e de Defesa da Proibidade Administrativa de Abaetetuba, situada na Av. São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, CEP 68.440-000 – Abaetetuba/PA – Fone/Fax: (91) 3751-1177 – E-mail: mpabaetetuba@mppa.mp.br

Objeto: Apuração do destino dos valores descontados dos servidores públicos a título de contribuição previdenciária e das circunstâncias das condutas dos agentes públicos responsáveis pelo repasse das contribuições previdenciárias à instituição de regime próprio da previdência social dos servidores públicos do município de Abaetetuba-IPMA.
Abaetetuba/PA, 23 de fevereiro de 2018.
Bruno Rodrigues Saravalli
4º Promotor de Justiça de Abaetetuba, em exercício
Protocolo: 284760

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2018/MP/3ªPJP
O 3ª Promotor de Justiça Cível de Parauapebas, em exercício, com fundamento no art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8.625/93, art.52, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 004511-030/2017 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Parauapebas, situada na Rua B, nº 440, Bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000 - Parauapebas - Pará - Fone/Fax: (94) 3346-1664.
PORTARIA Nº 003/2018/MP/3ªPJP
Investigado: CIPASA CENTRO NORTE DESENVOLVIMENTO URBANO S.A. e WTORRE PARAUAPEBAS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS S.A..
Assunto: Apuração de possível cobrança de juros abusivo nas parcelas referente aos contratos de adesão ao loteamento residencial ALVORÁ PARAUAPEBAS pelas empresas CIPASA CENTRO DESENVOLVIMENTO URBANO S.A. e WTORRE PARAUAPEBAS EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS S.A., no município de Parauapebas, vislumbrando-se em tese, a ocorrência de crime contra as relações de consumo.
Hélio Rubens Pinho Pereira - Promotor de Justiça, em exercício.
Protocolo: 284701

EXTRATO DE PORTARIA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 014/2018/MP/4ªPJA
A 4ª Promotoria de Justiça de Abaetetuba torna pública a portaria supracitada, encaminhada aos seguintes órgãos: Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do MPPA e CAO Constitucional, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça Cível e de Defesa da Proibidade Administrativa de Abaetetuba, situada na Av. São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, CEP 68.440-000 – Abaetetuba/PA – Fone/Fax: (91) 3751-1177 – E-mail: mpabaetetuba@mppa.mp.br
Objeto: Acompanhar e fiscalizar a implementação da política pública, como a iluminação pública, coleta de lixo urbano e construção de estradas na Comunidade de Santa Maria do Camotim, Zona Rural, Abaetetuba/PA.
Abaetetuba/PA, 22 de fevereiro de 2018.
Bruno Rodrigues Saravalli
4º Promotor de Justiça de Abaetetuba, em exercício
Protocolo: 284753

Procedimento Administrativo nº 000144-110/2014
Prestação de Contas – Ano Calendário de 2012
Entidade: AÇÃO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO - ATO ARQUIVAMENTO
DOS FATOS
Trata-se de Procedimento Administrativo Preliminar de Prestação de Contas Finalísticas do **ano-calendário 2012** instaurado, com fulcro nos artigos 127, caput, e 129, II da Constituição Federal; artigo 26, I, alínea "a" da Lei nº 8.625/93 e dos artigo 3º do Decreto Lei nº 41, de 18/11/1966 e artigo 31 da Lei nº 8.743/93, em face da **Ação Trabalho e Organização - ATO**, associação de direito privado, inscrita sob CNPJ: 06.136.603/0001-00, localizado na Travessa Rui Barbosa, nº1301, sala 04, Nazaré, CEP: 66.035-220, Belém/PA, na pessoa do seu representante legal. Juntamente com a Portaria Nº 010/2013-PAPPCF/PJTFEISFRJE (fls.03/04) fora encaminhada a notificação, fls. 02. Em fls. 05 consta o Ofício nº161/2013-MP/PJTFEIS requisitando cópia de Estatuto da entidade direcionado ao 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. Em fls. 07 consta AR recebido pela entidade.
O Órgão Ministerial requisitou ao apoio Contábil para certificar se a entidade recebeu recursos públicos no ano-calendário de 2012 (fls. 09).
O ACPJ expediu a Certidão nº 163/17 atestando que, por meio de pesquisa efetuada no Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios (SIAFEM), no Diário Oficial do Estado do Pará, no Diário Oficial do Município de Belém e nos Portais da Transparência do Município de Belém e do Governo Federal, a entidade **não** recebeu verbas públicas no ano-calendário de 2012 (fls.11).
Estes são os fatos relevantes.
DA FUNDAMENTAÇÃO
A Constituição Federal estabelece as premissas primordiais atinentes ao dever de prestar contas no art. 70, parágrafo